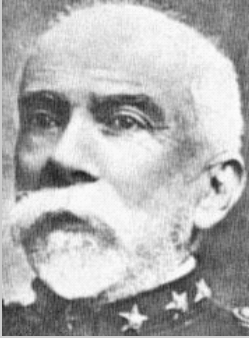


Pimenta de Castro



Movimento das espadas, pimentismo e regresso ao afonsismo

1915

As três tentativas para fazer governar as classes médias – João Franco, Pimenta de Castro, Sidónio Pais – acabaram, duas por um crime, e outra pela mais antinacional das revoluções portuguesas
(Fernando Pessoa)

A Maçonaria é o albergue das incapacidades que ali buscam a habilitação do diploma de sócio, para treparem no meio social...As sociedades secretas têm este grande contra; fazem dos mais independentes e corajosos indivíduos uns verdadeiros autómatos
(Pimenta de Castro)

Um Governo saído duma revolução pertence aos revolucionários e não aos ministros ... Convenci-me de que há uma grande diferença entre as ideias que pregamos na oposição e a realidade ministerial. Prefiro, pois, e prefiro continuar na oposição, na pureza do meu ideal e na elevação do meu espírito
(Magalhães Lima)

● **Da arte de ser português ao valor da raça** – No ano da morte de Ramalho Ortigão e de Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes edita a *Arte de Ser Português*, onde considera que o homem, em virtude dos seus poderes saudosista, de lembrança e esperança, eleva-se da própria miséria e contingência à contemplação do reino espiritual, onde as coisas e os seres divagam em perfeita imagem divina. Já António Sérgio lança *Educação Cívica*, e António Sardinha publica *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, obra com que tenta, frustradamente, acesso como docente à Faculdade de Letras, enquanto João Maria Telo de Magalhães Colaço (1893-1931), que irá ser demitido como monárquico em 1919, se destaca com *Ensaio sobre a inconstitucionalidade das leis no direito português*. Este professor que ainda tem tempo de vida para renovar o nosso ensino do direito administrativo, não fosse o seu falecimento prematuro, parecia, aliás, ter condições para ser um dos principais teóricos do conservadorismo português, conforme testemunho do próprio António Sérgio. Já Alfredo Pimenta, em Outubro, no folheto *A Solução Monárquica*, repudia o republicanismo, depois de ter sido um assanhado anarquista em 1907, e um activo colaborador dos governos republicanos e do Partido Evolucionista, enquanto Francisco Vieira de Almeida, outro monárquico, é admitido na Faculdade de Letras, com a dissertação *Equação da História*..

● **Medidas** – Apresentado o orçamento da responsabilidade do ministro Álvaro de Castro (11 de Janeiro). Publicada nova lei eleitoral que nem sequer entra em vigor (11

de Janeiro). Leis do horário de trabalho (22 de Janeiro).

● **Movimento das Espadas** (22 de Janeiro). Face à demissão do major Craveiro Lopes,

por denúncia do comité democrático das forças armadas, surge um movimento de resistência liderado pelo capitão Martins Lima, donde resulta uma marcha de numerosos oficiais de Cavalaria 2 pela calçada da Ajuda a caminho de Belém, onde pretendem entregar as espadas a Arriaga (22 de Janeiro). São presos e enviados para bordo da fragata *D. Fernando e Glória*, com os democráticos a acusarem o movimento de manobra monárquica. Mas na tarde desse mesmo dia é Machado Santos que vai a Belém levar a *espada da Rotunda*.

● **Arriaga consulta os partidos** (23 de Janeiro) e convida Pimenta de Castro. Escreve-lhe uma carta convidando-o a formar governo no próprio dia 23, indicando Freire de Andrade para os estrangeiros, mas admitindo que nas restantes pastas os partidos se ajustariam em bases sólidas.

● **Governo pede a demissão**, depois de Arriaga lhe recusar a assinatura de um decreto suspendendo as garantias (24 de Janeiro). Pouco antes, o governo mandara encerrar o jornal *A Luta*.

● **Governo nº 63** (25 de Janeiro) de **José Joaquim Pimenta de Castro** (109 dias), com dois unionistas e um democrático, Herculano Jorge Galhardo (1868-1944), que se demite logo em 6 de Março. Gabinete de iniciativa presidencial que não obtém a sanção do Congresso da República, vivendo em situação de *ditadura técnica*, em nome da *ordem e da liberdade*, mas onde os ministros são acusados de *lunáticos*. Invoca-se a lei de 28 de Agosto de 1914 e, se uns falam na *ditadura consentida*, outros referem uma *ditadura assumida*.

● Os democráticos logo apelam à *desobediência* e Pimenta de Castro apenas refere estar a cumprir *uma missão especial que os outros não realizaram*, acusando os afonsistas de terem sido, no poder, *uns permanentes ditadores* que trataram os



cidadãos como se fosse uns servos da gleba e de terem *desgovernado a Nação como se fora um país de cafres* (27 de Abril).

● De facto, a tal ditadura pimentista nunca prendeu

ninguém, nem sequer precisou de suspender um qualquer jornal. Também é injusto qualificar o general como germanófilo, só porque não era adepto do nosso intervencionismo, sabendo que a guerra não seria a última das guerras, como proclamava João Chagas.

● Na presidência e na guerra, o mais antigo general português, um republicano histórico, amigo pessoal de Arriaga, considerado *reputado para cima e protector para baixo* (Machado Santos) que, entre 25 e 28 de Janeiro, acumula todas as pastas. Coronel Pedro Gomes Teixeira, no interior. Guilherme Alves Moreira (1861-1922) na justiça, um célebre professor de direito que queria fundar *um partido republicano conservador*, afecto aos democráticos. Herculano Jorge Galhardo (até então, considerado democrático), nas finanças, até 6 de Março, quando é substituído por José Jerónimo Rodrigues Monteiro. Contra-almirante José Joaquim Xavier de Brito (afecto aos unionistas), na marinha. José Jerónimo Rodrigues Monteiro², nos estrangeiros. O republicano histórico José Nunes da Ponte (médico no Porto, afecto aos unionistas), no fomento. Teófilo José da Trindade (1856-1936), nas colónias, até 10 de Março, quando lhe sucede José Maria Teixeira Guimarães. Coronel Manuel Goulart de Medeiros (afecto aos unionistas), na instrução pública.

● **Ordem e liberdade** – *Quero pegar na lei e andar para diante. É preciso acalmar os espíritos; para isso é necessário haver ordem e haver liberdade.* (Pimenta de Castro)

● **Nova lei eleitoral** – Governo emite um decreto eleitoral que dá direito de voto a oficiais, sargentos e equiparados, ao mesmo tempo que cria 22 círculos plurinominais no Continente (24 de Fevereiro). São marcadas eleições para 3 de Junho e não como queriam os democráticos, defensores da data de 7 de Março, fixada no decreto eleitoral de Azevedo Coutinho,

● Em 27 de Fevereiro é **demitido Norton de Matos**, governador de Angola desde 1912.

● **Violência contra os democráticos** – Depois de um atentado no Porto contra Afonso Costa (21 de Fevereiro), é assassinado o deputado democrático Henrique Cardoso quando se dirige para uma

reunião na sede do partido em Lisboa, no largo do teatro de S. Carlos (28 de Fevereiro). 600 militares fazem manifestação de apoio ao presidente do ministério. Jornal *O Mundo* aparece trajado de preto (27 de Fevereiro). Afonso Costa quer que o parlamento se reúna em 4 de Março, conforme a decisão do Congresso de 11 de Janeiro, mas Pimenta de Castro considera que os poderes dos eleitos de 1911 tinham caducado há nove meses (28 de Fevereiro).

● **Parlamento em Loures** – Deputados democráticos reúnem-se em Santo Antão do Tojal (4 de Março) e declaram o governo fora da lei, depois de serem impedidos de reunir em São Bento por forças policiais, comandadas pelo coronel Paulino de Andrade. *A Luta* fala congresso da *Mitra e gaita*.

● Governo decreta ampla **amnistia**, alargando aquela que havia sido decretada no tempo do governo de Bernardino Machado em Fevereiro de 1914. Aproveitando a medida, Paiva Couceiro e Azevedo Coutinho regressam. (20 de Abril)

● **Partidos** – Congresso dos democráticos no Politeama (28 e 29 de Março). Apresentam queixa judicial contra os actos do governo (30 de Março).

● Já o congresso dos evolucionistas apoia ao governo (10 e 11 de Abril). Até então eram menos pimentistas que os unionistas, e estes até estavam melhor representados no governo.

● O Congresso dos **unionistas** retira apoio ao governo (2 e 3 de Maio), justificando a viragem com o decreto da amnistia de 20 de Abril.

● O primeiro **centro monárquico** é sido inaugurado em Lisboa em 17 de Abril, sucedendo-se dezenas deles na capital e na província.

● **Governo de insignificantes** – *Este governo de insignificantes, presidido por um doido e guiado por um traidor, o Sr. Camacho* (Afonso Costa no congresso dos democráticos, em Março de 1915)

● **Revoltas dos abastecimento** – Aumento do preço do pão, seguindo-se assalto a onze padarias de Lisboa (6 de Março). São organizadores da revolta a *formiga branca* e sindicalistas.

● **Comícios** em Lisboa e Almada contra a carestia de vida (14 de Março). Proprietários

alentejanos são acusados de açambarcamento de trigo. Tumultos em Aveiro (Março)

● **Dissolução de câmaras** – A Câmara de Lisboa declara não cumprir os decretos ditatoriais e o movimento de resistência propaga-se, com o apoio de 49 das 298 câmaras municipais do país. Governo determina que os governadores civis substituam as câmaras municipais e as juntas insubordinadas (9 de Abril).

● **Greve geral** em Viana do Castelo. Tumultos nas Caldas da Rainha, com bombas sobre uma procissão.

● **Manifestação de apoio ao governo** (11 de Abril). Num artigo publicado quatro dias depois, Fernando Pessoa observa que *nisto de manifestações populares, o mais difícil é interpretá-las... não há manifestações a favor de alguém; todas elas são contra os que estão contra esse alguém*.

● **Traidores!** Conferência de Afonso Costa no Porto, no Teatro Nacional (3 de Maio). Considera o governo *uma organização maléfica, uma conjura para assassinar a República ... Estamos em face de um crime de traição. Corresponde ao golpe miguelista de 1823 ou ao de 1828... A queda do Governo é, pois, uma necessidade urgente, assim como o é a ascensão ao Poder de um Governo de velhos republicanos*. Diz que, para ir para a guerra, governaria contra tudo e contra todos *ainda que fosse necessário encerrar-se numa casa blindada*.

● **Preparação das listas eleitorais** – Reuniões no ministério do interior discutem feitura das listas para deputados, com a participação de evolucionistas e unionistas (dias 12 e 13 de Maio). Estes últimos rompem as negociações. Participam, pelos unionistas, Tomé de Barros Queirós e Nunes de Oliveira; pelos evolucionistas, Mesquita de Carvalho e Júlio Martins; pelos reformistas, Machado Santos; pelos *governamentais* ou *independentes*, Egas Moniz e Afonso de Melo.

● **O preconceito da ordem** – Sai no número único da revista *Eh Real!* um famoso artigo de Fernando Pessoa sobre *O Preconceito da Ordem* onde critica os *neo-monárquicos* integralistas, assinalando que *o seu criador filosófico, o infeliz chamado Augusto Comte, toda a vida sofreu de alienação mental* (13 de Maio).

● **Apelo à insurreição** – Jornais democráticos começam a apelar para a insurreição nos fins de Abril, começos de Maio. Se *O Povo* fala expressamente em insurreição, já o monárquico *O Dia* apela: *vista a farda, sr. General*. Os democráticos vão utilizar a técnica insurrecionista que os republicanos tinham lançado contra João Franco e o governo acaba por cair como o de Teixeira de Sousa, apesar de Pimenta de Castro ser bem menos intervencionista do que João Franco ou Sidónio.

● **Constituída uma junta revolucionária para o derrube do governo** Integram-na António Maria da Silva, Sá Cardoso e Álvaro de Castro (13 de Maio). A junta é dominada pelos *jovens turcos*, tendo o apoio da marinha e contando com a colaboração militar de dois antigos franquistas, Jaime Daniel Leote do Rego (1867-1923) e Norton de Matos, que o mesmo grupo fizera aderir à república. Leote do Rego assalta o cruzador *Vasco da Gama*, morrendo o respectivo comandante, o capitão de mar e guerra Assis Camilo (14 de Maio).



● **Revolução vitoriosa** (16 de Maio). Da varanda da câmara municipal de Lisboa, Alfredo Sá Cardoso proclama: *o Exército, a Marinha e o elemento civil acabam de proclamar pela segunda vez a República Portuguesa*. As operações navais tinham sido dirigidas pelo capitão-tenente Freitas Ribeiro, havendo distribuição de armas a civis no Arsenal e assaltos a esquadras de polícia, com o governo a refugiar-se no quartel do Carmo. No fim do golpe, 102 mortos e 250 feridos graves. Conforme observa Júlio Dantas, um *acto revolucionário mais impetuoso e mais sangrento que o 5 de Outubro*.

● Assaltos a vários centros monárquicos, à Liga Naval, à Igreja de S. Paulo, à Escola de Guerra e ao jornal *O Dia* (17 e Maio).

● Machado Santos parte para o desterro em Ponta Delgada em 11 de Junho, a bordo do navio *5 de Outubro*, juntamente com Xavier de Brito e Goulart de Medeiros.

● A liquidação da tentativa presidencialista de Manuel de Arriaga e Pimenta de Castro tem algumas semelhanças com o modelo de técnica insurreccional que os republicanos e carbonários usaram contra D. Carlos e João Franco e que vai voltar a ter êxito com a destruição do sidonismo. Se Pimenta de Castro é menos que João Franco e do que Sidónio, já Manuel de Arriaga, apesar de ser menos intervencionista que D. Carlos, também é mais do que Canto e Castro.

● Em 1915 ainda funciona a unidade carbonária e o domínio da rua, como aconteceu em 1908 e 1910 e vai repetir-se em 1918 e 1919, eis que, depois da cisão da maçonaria em 1914, esta vai perder a dinâmica e em 1921 e 1926, quando os democráticos precisam da velha carbonária, eis que a rua já lhes escapa, pois aí passam a pontificar tanto os anarco-sindicalistas como a Legião Vermelha. De qualquer maneira, o governo de Pimenta de Castro cai um pouco à maneira do gabinete de Teixeira de Sousa e no *day after*, quando passa a ter razão quem vence, os Afonso Costa logo clamam que estão a defender o regime republicano e a legalidade, como se Arriaga ou Pimenta de Castro fossem suspeitos de monarquismo e como se o operacional do golpe, Leote do Rego, não tivesse sido um simpatizante do franquismo.

● **Governo nº 64** (15 de Maio) **João Chagas/José de Castro** – Governo nomeado por Manuel de Arriaga (15 de Maio). Dura seis meses e meio, 199 dias. Utiliza-se o modelo defendido pelos *jovens turcos*, isto é, um *um governo nacional*, não partidário, visando a *restituição da República aos republicanos*. Escolhem João Chagas que desde 1914 se tinha transformado no mentor dos mesmos. Chagas tinha-se demitido do cargo de ministro de Portugal em Paris e regressara à pátria, em Março, tendo emitido dois folhetos anti-pimentistas. *Portugal perante a Guerra e A última Crise*, ambos editados no Porto. Álvaro de Castro entrara em conflito com o partido democrático, desde que, em Maio de 1914, no congresso, propusera um aumento dos impostos para se custear o rearmamento. A Junta procura

juntar no governo Costa, Camacho e Almeida. Todos recusam.

●**Atentado** – O senador João de Freitas tenta assassinar João Chagas no comboio Porto-Lisboa, perto do Entroncamento (16 de Maio). Este fica gravemente ferido e perderá um dos olhos. O agressor é linchado pela multidão.

●José de Augusto Soares Ribeiro de Castro (1868-1929), advogado, antigo progressista, fundador na Guarda de *O Povo Português*, o primeiro jornal republicano da província, grão-mestre adjunto da maçonaria, onde está filiado desde 1869, e pai de Álvaro de Castro, substitui João Chagas na chefia do governo, onde entram Magalhães Lima e Teixeira de Queirós naquilo que alguns qualificam como segunda implantação da República (17 de Maio).



●Outros ministros são José Augusto Ferreira da Silva, independente (de 17 de Maio até 11 de Novembro), Paulo José Falcão (de 17 de Maio a 19 de Junho), o independente João Catanho de Menezes

(1868-1918), ex-deputado progressista pela Madeira e futuro *bonzo*, desde 19 de Junho, Tomé José de Barros Queirós (de 17 de Maio a 19 de Junho), Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães (de 19 de Junho a 29 de Novembro) Basílio Teles (que, mais uma vez, não toma posse), José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos Francisco José Fernandes Costa (até 17 de Maio) Augusto Manuel Alves da Veiga (que também não toma posse) Francisco Teixeira de Queirós (de 17 de Maio a 19 de Junho), Augusto Luís Vieira Soares, democrático (até 29 de Novembro), Sebastião de Magalhães Lima, Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (desde 17 de Maio), João Lopes da Silva Martins Júnior, José Jorge Pereira (de 17 de Maio a 19 de Junho).

●João Chagas na presidência e no interior, logo substituído interinamente nos dois cargos por José de Castro, devido ao atentado. Chagas só será formalmente exonerado em 29 de Maio. José de Castro será também ministro interino da guerra, de 17 de Maio a 19 de Junho e da instrução pública de 15 a 17 de Maio e de 14 a 19 de

Junho. De 17 de Maio a 29 de Maio: João Chagas é substituído na presidência e no Interior por José de Castro. O novo presidente do ministério passa também a acumular as pastas da guerra (substituída Basílio Teles) e da marinha (substituída Fernandes Costa).

●No interior, desde 19 de Junho: José Augusto Ferreira da Silva, independente, no interior (até 11 de Novembro). De 11 a 29 de Novembro: Catanho de Menezes passa a acumular o Interior.

●Na justiça, de 17 de Maio a 19 de Junho: Paulo José Falcão. Desde 19 de Junho: João Catanho de Menezes, independente.

●Nas finanças, de 17 de Maio a 19 de Junho: Tomé José de Barros Queirós. Depois, Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães, democrático, até 29 de Novembro.

●Basílio Teles na guerra; não toma posse e será exonerado logo em 17 de Maio, sendo as funções assumidas interinamente por José de Castro, até 19 de Junho. De 17 de Maio a 19 de Junho: José de Castro. Norton de Matos na guerra, em lugar de José de Castro.

●Francisco José Fernandes Costa na marinha, até 17 de Maio.

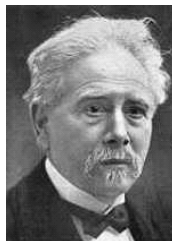
●Nos estrangeiros, de 15 a 17 de Maio: Augusto Manuel Alves da Veiga, que não toma posse, sendo substituído em 17 de Maio por Francisco Teixeira de Queirós, até 19 de Junho, na primeira e única experiência governativa deste escritor. Augusto Luís Vieira Soares, democrático, nos estrangeiros, até 29 de Novembro.

●Sebastião de Magalhães Lima, no fomento, até 17 de Maio, data em que é substituído por Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (até 19 de Junho) e na instrução, de 17 de Maio a 14 de Junho.

●Na colónias, até 19 de Junho: José Jorge Pereira. José Mendes Ribeiro Norton de Matos, democrático, até 22 de Julho. Depois, Alfredo Rodrigues Gaspar.

●Sebastião de Magalhães Lima substitui José de Castro na instrução. Em 29 de Novembro, é substituído por João Lopes da Silva Martins Júnior, democrático.

●**Reabertura do Congresso** em 27 e 29 de Maio. Quase a mesma composição da reunião na Mitra. Os evolucionistas não comparecem. Para além dos democráticos, o socialista Manuel José da Silva, o independente Luz de



Almeida, chefe da Carbonária, e os três deputados unionistas que não tinham resignado, os quais logo requerem que a sessão seja declarada ilegal. É imediatamente anulado o decreto eleitoral de 24 de Fevereiro, surgindo nova lei eleitoral em 2 de Junho.

●**Demissão do Presidente da República.** Arriaga demite-se, sendo substituído por Teófilo Braga ² (29 de Maio). Segue-se a eleição de Bernardino Machado em 6 de Setembro.

Dem. 106	Evol. 26
156 dep.	
Soc. 2	Union. 15
Ind. 6	Cat. 1

●**Eleição nº 47 do Congresso da República** (13 de Junho). 471 557 eleitores no continente e ilhas. 282 387 votantes. 163 deputados. 68 senadores. Dá-se a consagração do poder estabelecido pela ditadura revolucionária, com vitória esmagadora dos democráticos (63% dos votantes no continente e 55% nas ilhas), isto é, 106 deputados e 176 939 votos.

●Em segundo lugar ficam os evolucionistas, com 26 deputados (23% no continente).

●Em terceiro lugar, os unionistas, com 15 deputados (14% no continente, mas 36% nas ilhas).

●Seguem-se os socialistas, com 2 deputados.

●Os católicos conseguem um único deputado.

●Finalmente há 6 deputados independentes, com um total de 17 698 votos.

●Em Lisboa são derrotadas as candidaturas independentes de Almeida Lima e Ricardo Covões. Destaque para as abstenções na capital, onde há apenas 22 876 votantes, isto é 59,5% de abstenções.

●Há apenas, em todo o continente, 282 387 votantes para um universo de 471 557 eleitores, face a uma população de cerca de seis milhões de habitantes.

●Em Lisboa, os democráticos obtêm 15 622 votos; os evolucionistas, 5061; os unionistas, 1 437; os socialistas 924 e os independentes, 183.

●No Porto, os democráticos conseguem 8 599; os evolucionistas, 1037; os unionistas, 409; os socialistas, 1379 e os independentes, 329.

●Idênticas as percentagens dos diversos partidos na eleição dos 68 senadores, com 45 para os democráticos, 11 para os unionistas, 9 para os evolucionistas, 6 para os independentes, 2 para os socialistas e 1 para os católicos.

Da esquerda

Unionistas

●Ficam em terceiro lugar, com 15 deputados e 41 865 votos (14% no continente, mas 36% nas ilhas). 11 senadores.

Democráticos

●Têm uma vitória esmagadora: 63% dos votantes no continente e 55% nas ilhas, isto é, 106 deputados e 176 939 votos, com maiorias em todos os círculos, à excepção de Angra do Heroísmo, círculo binominal, onde empatam com os unionistas. 45 senadores.

●Nos princípios de 1917, críticas à liderança de Afonso Costa, com Jaime Cortesão, Ramada Curto e Alberto

Para a direita

Evolucionistas

●Ficam em segundo lugar, com 26 deputados e 62 845 votos, isto é, 23% no continente. 9 senadores.

●Nos começos de 1917, cerca de dezena e meia de deputados evolucionistas transferem-se para os unionistas.

Centristas

●Instituído o Partido Centrista Republicano em 18 de Outubro de 1917, com Egas Moniz e Tamagnini Barbosa.

●Mobilizados antigos componentes da dissidência progressista.

Católicos

●Os católicos elegem um deputado, o padre António Augusto de Castro Meireles, futuro bispo do Porto, pelo círculo de Oliveira de

Xavier.

Socialistas

●Elegem dois deputados, mas apenas com 5 141 votos. Se em Lisboa não passam dos 4% (924 votos), eis que no Porto atingem os 12% (1 379 votos), obtendo aqui a minoria. Dois senadores.

Azeméis, onde conseguem 32%.

●No total do continente, atingem 11 463 votos, cerca de 4% dos votantes. Têm 22% em Braga, 18% em Guimarães, 10% em Chaves e 17% em Leiria.

●Um senador: o padre António José da Silva Gonçalves, por Braga.

●Instituído o novo partido do Centro Católico Português em 8 de Agosto de 1917

●**Afonso Costa fractura o crânio.** Ia de eléctrico para Algés, mas o clarão e o estampido provocados por um accidental curto-circuito, que ele temia ser de uma bomba, fazem-no saltar do veículo, batendo com a cabeça no chão, em plena Avenida 24 de Julho (4 de Julho).

●**Eleições presidenciais** (6 de Agosto) Eleito Bernardino Machado (134 votos, com 18 para Correia Barreto). Resultado apenas conseguido à terceira volta.

●Na primeira, candidatam-se também Guerra Junqueiro, pelos evolucionistas, Duarte Leite, pelos unionistas, Bernardino, apoiado pela ala afonsista dos democráticos e Correia Barreto, pelos *juvenis turcos*.

●Bernardino tem, na terceira volta, o apoio dos evolucionistas, mas os unionistas e vinte deputados democráticos continuam a não apoiar o novo presidente que pretende assumir o *poder moderador*.

●O operacional do 14 de Maio, Leote do Rego, renuncia mesmo ao mandato de deputado, considerando Bernardim como *nefasto à República*, por causa da *cordialidade viscosa e peganhenta*.

●**Subsistências, greves e tumultos** – Novos tumultos por causa da questão do vinho do Porto. Catorze mortos em Lamego (20 de Julho). Agrava-se a questão do abastecimento público em géneros de primeira necessidade, sendo criadas comissões de subsistências em todos os concelhos, por decreto de 18 de Setembro. Há nova revolta dos abastecimentos em Cacilhas, em 21 de Outubro, e várias greves, nomeadamente a da construção civil no Porto, que mobiliza cerca de 30 000 operários.

●**Intentonas** Temendo um eventual movimento revolucionário, em 9 de Julho de 1915, governo manda prender várias pessoas, entre as quais Lomelino de Freitas, considerado o inspirador do golpe. Segue-se

tentativa revolucionária monárquica no Porto (27 de Agosto). Há prisões em Braga (onde é atacado um quartel), Guimarães e Santo Tirso.

●Um dos detidos em Braga, Miguel Sotto Mayor, tem morte não esclarecida, suspeitando-se de tortura praticada pelas forças da ordem. Presos conduzidos para o Porto são atacados.

●Nos preparativos da revolta, logo alcunhada de monárquica pelo situacionismo, terão participado Egas Moniz, José Maria de Alpoim e Rodrigues Nogueira, bem como sindicalistas de Lisboa.

●**Revolucionarismo e funcionários** – Apoiantes do novo ciclo, como Lopes de Oliveira, assumem-se contra os *marechais do partido democrático* e reclamam o *verdadeiro 14 de Maio*.

●**Spoil system e jobs for the boys** – Entretanto, uma lei de 9 de Setembro equipara os revolucionários do 14 de Maio aos do 5 de Outubro de 1910. Outra, de 2 de Outubro, limita a entrada para certas vagas da função pública a *indivíduos reconhecidamente competentes que tenham prestado à República serviços comprovados*. Em 5 de Outubro, o jornal de António José de Almeida critica um *bando esfaimado e criminoso*.

●**Saneamento** – Já a lei nº 319, de 16 de Junho, autoriza o governo a afastar os funcionários *que não dão uma completa garantia da sua adesão à República e à Constituição*.

●**Perseguição a Guilherme Moreira** – Decreto destitui o professor Guilherme Alves Moreira de todos os seus cargos e do serviço pedagógico (29 de Junho). O velho republicano cometera o *crime* de ser ministro de Pimenta de Castro, depois de ter sido eleito reitor da Universidade de Coimbra em 1913. Afonso Costa bem tinha avisado num comício realizado em Coimbra: *para*

vergonha da Universidade, o vosso reitor é o jurista da ditadura. Só voltará ao activo depois do 28 de Maio de 1926.

●**Guerra em África** – Derrota dos cuanhamas Batalha de Mongua no Sul de Angola, de 18 a 20 de Agosto. General Pereira de Eça, depois de 10 horas de combate vence os rebeldes chefiados pelo régulo Mandune e entra em N'Giva. Embarque de nova expedição para Moçambique (1 de Outubro).

●**Democráticos contra gerais** – O democrático Alexandre Braga, num discurso pronunciado na sede dos democráticos, no largo de S. Carlos, acusa o exército de não querer ir para a guerra. Resposta do coronel Gomes da Costa no dia seguinte, dizendo que o exército está disposto a bater-se, mas não está preparado com adequados meios por culpa dos governantes, monárquicos e republicanos: *cumpriremos ordens* (6 de Junho)

●**José de Castro pede a demissão** em 18 de Novembro, por não concordar com processo de saneamento de militares, reclamado pela maioria democrática no parlamento.

●**Governo nº 65** (29 de Novembro) de **Afonso Costa** – 107 dias, cerca de três meses e meio, 108 dias. Bernardino Machado, temendo ser tão intervencionista, quanto Manuel de Arriaga, diz querer um governo organizado por indicações parlamentares e só chama Afonso Costa depois das declarações formais de unionistas e evolucionistas, a partir das quais reconhece ser impossível constituir um governo representativo de todos os agrupamentos políticos. O novo gabinete, apesar de retintamente democrático considera-se um governo nacional, declarando pretender abster-se de praticar a chamada política partidária.

●**Presidência e finanças:** Afonso Augusto da Costa. Interior: Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro. Marinha: Vítor Hugo Azevedo Coutinho. Fomento: António Maria da Silva. Instrução Pública: Frederico António de Ferreira Simas. Transitam do anterior gabinete os seguintes ministros: da justiça, João Catanho de Meneses. Da guerra: José Mendes Ribeiro Norton de Matos. Dos estrangeiros: Augusto Luís Vieira Soares. Das colónias: Alfredo Rodrigues Gaspar.

●**Questão da intervenção na guerra** Camacho logo questiona Costa sobre se a

política externa do governo não seria a que ele propusera, em 23 de Novembro de 1914, sobre a manutenção do *status quo* sem intervencionismo

●**Do pão político às greves** – Em Novembro, um novo regime cerealífero retoma os modelos proteccionistas de Elvino de Brito, de 1899, enquanto surge mais um surto grevista. Durante o mês de Dezembro, greve geral no Porto, a que se seguem as dos carreiros em Braga e a dos rurais em Fronteira, com mortos e feridos, ao mesmo tempo que ocorrem tumultos no Barreiro, Seixal, Portalegre e S. João da Pesqueira. A República continua a viver o drama do nosso demo-liberalismo que sempre hesitou entre a liberdade de comércio e o protecționismo ou, dito de outra forma, entre os interesses de certas forças vivas da capital, das moagens aos grandes comerciantes, e os dos agrários do Sul, ligados aos fabricantes de adubos.

☞ Cabral, António (*Em Plena...*): 241; Ferreira, David (II): 66, 67, 69, 72, 83, 91, 95, 117, 119; Gomes, Pinharanda (1984): 133; Gouveia, Rosa: 25, 26, 27, 28; Lima, Sebastião Magalhães (I): 259; Marques, Oliveira, (1991, XI): 209; (*As Estruturas...*): 529; Melo, Gonçalo Sampaio e: 111; Nogueira, Franco (I): 107, 108; Pabón, Jesus: 183, 184, 244; Peres, Damião (1954, *Suplemento*): 77, 80, 82, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 106, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132; Pessoa, Fernando (*Da República*, 1978): 216, 220, 251; Quadros, António (*Páginas de Pensamento Político*, I): 63, 64, 65; Ramos, Rui: 510, 511, 512, 513, 520, 521, 523; Rodrigues, Edgar: 155 ss., 160; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 156 ss.; Vieira, Alexandre: 71, 77, 83, 89, 90.